

Debate sobre o Estado da União 2023

Intervenção do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Nesta legislatura europeia, enfrentámos uma pandemia e soubemos sair dela mais fortes, mais unidos, com respostas e ações concretas conjuntas, que permitiram salvar vidas e evitar uma prolongada catástrofe económica. Também nesta legislatura europeia, vimos a guerra e os crimes contra a humanidade regressarem ao solo europeu, infligindo um profundo sofrimento ao povo ucraniano e com impacto direto nas nossas vidas. Ainda nesta legislatura europeia, e para lá da necessidade de responder a fenómenos imprevistos, fomos implementando uma transformação estrutural na Europa, capacitando-nos para a dupla transição verde e digital em curso. E relançámos o debate

sobre o alargamento e a necessária reforma do funcionamento da União. Nesta legislatura, em suma, vivemos tempos desafiantes, que exigem um comprometimento contínuo em prol do bem-estar dos nossos cidadãos e do futuro da Europa.

Do discurso sobre o estado da União, proferido pela Presidente da Comissão Europeia na semana passada, permitam-me que destaque algumas componentes essenciais. E começo pelo desafio maior das nossas vidas, aquele que esteve presente nesta legislatura e estará em muitas mais, com consequências já visíveis e sentidas por todos nós em todos os cantos da Europa: a crise climática, a ameaça existencial que não pode ser ignorada.

A União Europeia está firmemente comprometida em liderar o mundo na luta contra as alterações climáticas. Para alcançar esse objetivo, estamos a investir massivamente em fontes de energia limpa e em processos de descarbonização, designadamente através dos Planos de Recuperação e Resiliência. As energias renováveis compõem já uma percentagem muito significativa do



nosso mix energético, o que tem sido essencial, não só para promover uma maior sustentabilidade, mas também, em Portugal e sobretudo ao longo do último ano, para garantir alguma estabilidade nos preços da eletricidade.

No âmbito ambiental, saudamos igualmente o anúncio de uma iniciativa no domínio da resiliência hídrica, em linha com a nossa proposta de lançamento de um programa ReWaterEU, uma prioridade sinalizada por Portugal e que merece hoje uma forte atenção europeia. Numa era dramaticamente marcada por eventos climáticos extremos, cada vez mais frequentes e mais severos, é essencial garantir que nossas comunidades estejam preparadas para enfrentar os desafios da escassez de água e das inundações.

Esta ação deve prosseguir a par e passo com um investimento na modernização do nosso setor agrícola. A Presidente da Comissão anunciou que dará início a um diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura na União Europeia, no sentido de garantir a

conciliação entre a atividade agrícola e a proteção da natureza – não podíamos estar mais de acordo e é algo que procuramos fazer também a nível nacional, em articulação com o setor.

Num outro domínio, com benefícios tanto para a agricultura, como para outros setores económicos, a Comissão Europeia pretende – tal como Portugal tem advogado – reforçar as parcerias comerciais com o resto do mundo. Tem a ambição de, até ao final do ano, concluir acordos de livre comércio com a Austrália, o México e o Mercosul, procurando ainda avançar nas negociações com a Indonésia e a Índia – um processo negocial iniciado durante a Presidência Portuguesa do Conselho. Num ambiente global cada vez mais complexo, a conclusão de acordos comerciais justos e equilibrados é essencial para a prosperidade da Europa e dos nossos parceiros, impulsionando a economia europeia e reforçando nosso papel como ator global.

Temos sempre defendido que estas negociações comerciais não beneficiem apenas os grandes grupos económicos, mas também

as pequenas e médias empresas. As PME são o motor da nossa economia e responsáveis por um número significativo de empregos, pelo que acompanhamos a intenção da Comissão de simplificar procedimentos administrativos, eliminar encargos e custos de contexto, reduzir a burocracia, proporcionando oportunidades para que as PME cresçam e inovem em solo europeu.

É um dos desafios que hoje obviamente se coloca ao nosso tecido económico é a necessidade de mão-de-obra. Como a Presidente da Comissão referiu, a insuficiência ao nível dos recursos humanos qualificados é apontada como um problema para 74% das PME na Europa, sendo que a escassez de mão de obra prejudica a nossa capacidade de inovação, crescimento e prosperidade.

Face a esta realidade, subscrevemos as palavras da Presidente da Comissão quando refere a necessidade de termos imigrantes na nossa sociedade e de procedermos a uma gestão de migrações ordenadas e regulares.

Precisamos de uma política migratória que, em primeiro lugar, apoie os países de origem na criação de condições de desenvolvimento, de paz, segurança e respeito pelos direitos humanos, de adaptação às condições climáticas que diminuam a pressão emigratória; em segundo lugar, um trabalho com os países de trânsito, para que os fluxos migratórios sejam geríveis, e uma ação responsável na gestão das nossas fronteiras, reforçando a prevenção e o combate ao tráfico de seres humanos; e, em terceiro lugar, a criação de canais legais de imigração, porque essa é a única forma eficaz de combater a ação, essa sim escandalosamente ilegal, de quem explora a vulnerabilidade alheia e beneficia com o contrabando de pessoas, lançando-as ao mar em condições de risco de vida.

Um continente que tem a dinâmica demográfica que a Europa tem, que tem o esforço de crescimento económico que a Europa tem de fazer, é um continente que tem de perceber que a imigração não é um problema, mas é uma necessidade e uma



oportunidade para sustentar o nosso desenvolvimento económico e o nosso modelo social. E depois há ainda a dimensão do asilo, num espaço de valores, democracia e respeito pelos direitos humanos como é a Europa, que deve acolher todos aqueles que são perseguidos, oprimidos ou sujeitos a violência e carecem de proteção internacional.

Tal como fizemos, ao nível europeu, com regime de proteção temporária, aplicado pela primeira vez para acolher e proteger aqueles que fugiam da guerra na Ucrânia. Desta e de outras formas, continuaremos a apoiar a Ucrânia, custe o que custar, dure o tempo que durar. Esse é um compromisso europeu, de que não abdicamos.

Apoiaremos igualmente a Ucrânia, a Moldova e os países dos Balcãs Ocidentais nas suas reformas para a adesão ao nosso projeto comum. Simultaneamente, tal como Portugal sempre tem defendido e tal como a Presidente da Comissão Europeia reconheceu, temos de começar já hoje a trabalhar nas reformas



internas necessárias para a União Europeia possa acolher novos Estados-Membros e funcionar eficazmente com mais de três dezenas de países. Este é um desafio que parte do estado atual da União mas se projeta para futuro: o desafio de começar a construir uma Europa mais vasta, mais diversificada, mas simultaneamente mais forte e fiel aos seus valores de sempre.

Muito obrigado.